

Consciência defixa: uma ação político-feminista para o enfrentamento do capacitismo

Marivete Gesser¹  0000-0002-4091-9754

Marcia Oliveira Moraes²  0000-0002-8581-6126

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 - psicologia@contato.ufsc.br

²Universidade Federal Fluminense. Departamento de Psicologia. Niterói, RJ, Brasil. 24210-201 - departamentodepsicologia.ips@id.uff.br



Resumo: Com base nos conceitos de 'consciência mestiza' e de 'coalizão' de Gloria Anzaldúa, na teoria crip e no feminismo decolonial, propomos o conceito de 'consciência defixa' como uma ação político-feminista para o enfrentamento da patologização e do apagamento da deficiência. Argumentamos que a definição é fundamental para o enfrentamento do capacitismo e dos efeitos das políticas neoliberais na vida das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: consciência defixa; coalizão; capacitismo; políticas neoliberais.

Defixa consciousness: a political-feminist action to confront ableism

Abstract: Based on Gloria Anzaldúa's concepts of 'mestiza consciousness' and 'coalition', crip theory, and decolonial feminism, we propose the concept of 'disabled consciousness' as a political-feminist tool for confronting the pathologization and erasure of disability. We argue that this definition is fundamental to confronting ableism and the effects of neoliberal policies on the lives of people with disabilities.

Keywords: Defixa Consciousness; Coalition; Ableism; Neoliberal Policies.

Conciencia disca: una acción político-feminista para enfrentar el capacitismo

Resumen: A partir de los conceptos de 'conciencia mestiza' y 'coalición' de Gloria Anzaldúa, la teoría crip y el feminismo decolonial, proponemos el concepto de 'conciencia disca' como un dispositivo político-feminista para enfrentar la patologización y borrado de la discapacidad. Argumentaremos que la 'conciencia disca' es fundamental para enfrentar el capacitismo y los efectos de las políticas neoliberales en las vidas de las personas con discapacidad.

Palabras clave: conciencia disca; coalición; capacitismo; políticas neoliberales.

Introdução

A partir do cenário político atual, marcado pelo avanço da extrema direita e das políticas neoliberais, com ataques a direitos conquistados por populações marginalizadas e aliadas, escrevemos este texto. Em nossas pesquisas no campo da deficiência, identificamos ataques recorrentes aos direitos das pessoas com deficiência, fenômeno que nomeamos como 'ofensivas capacitistas' (Marivete Gesser; Marcia Moraes, 2023).

Reconhecemos o risco da extrema direita em precarizar ainda mais a vida das pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, destacando que a deficiência continua sendo uma categoria produtora de incômodos, mesmo em campos progressistas que lutam pelo

direito de existir e pela justiça social. Ainda que tenhamos defendido que a deficiência deva ser considerada uma categoria de análise fundamental nas pesquisas e práticas sociais, temos constatado, em nossas pesquisas e práticas políticas, que ela tem sido com muita frequência esquecida ou simplesmente nomeada como etecetera, mesmo nas ciências sociais e humanas, assim como em movimentos sociais progressistas de grupos vulnerabilizados socialmente, como também identificado por Robert McRuer (2021).

A narrativa da tragédia, fortemente enraizada no imaginário social, faz com que a sociedade posicione a deficiência como uma experiência abjeta, que deve ser evitada a todo custo, como já mostrou Rosemarie Garland-Thomson (2005). Já Lígia Amaral (1991) alertava que essa percepção resulta das representações culturais estereotipadas da deficiência, que oscilam entre o bem e o mal e a tratam como algo impensável como modo legítimo de viver. Como afirma a autora, o desconhecimento alimenta os estereótipos. Além disso, impossibilita a imaginação de futuros aleijados (Alison Kafer, 2013), nos quais a deficiência é compreendida como uma categoria da diferença e as pessoas com deficiência como aquelas que podem ter, à sua maneira, uma vida plena, com inúmeras possibilidades de ser. Nessa perspectiva, os futuros para as pessoas com deficiência só poderão ser imaginados a partir do rompimento com essas narrativas capacitistas.

Com o intuito de fortalecer a luta anticapacitista, propomos o conceito de 'consciência defieça' como um dispositivo político-feminista para o enfrentamento da individualização, patologização e do apagamento da deficiência. Esse conceito é baseado nas noções de 'consciência mestiza' (Gloria Anzaldúa, 2005) e de 'coalizão' (Anzaldúa, 2021), na teoria *crip* (McRuer, 2024; Kafer, 2013) e no feminismo decolonial (Ochy Curiel, 2021; María Lugones, 2014; Marcela Ferrari, 2020). Argumentamos que a 'consciência defieça' é fundamental para o enfrentamento do capacitismo e dos efeitos das políticas neoliberais na vida das pessoas com deficiência. Para tanto, apresentaremos brevemente esses referenciais e, no tópico final, o que entendemos por 'consciência defieça'.

Embora o termo 'defieça', que compõe o conceito 'consciência defieça', venha sendo incorporado pelos autores e autoras dos estudos da deficiência, ele surge do ativismo das pessoas com deficiência, sendo amplamente utilizado como forma de autoidentificação no Brasil e na América Latina.¹ Anahí Mello, Valéria Aydos e Patrice Schuch (2022) destacam que se trata de "uma abreviação carinhosa de 'deficiente' por este ter caráter ambíguo de substantivo ou adjetivo, ao passo que 'defieça' aniquila a adjetivação e torna-se apenas substantivo, reforçando a identificação com um marcador da diferença positivado" (Mello; Aydos; Schuch, 2022). Apostamos nessa nomeação pela possibilidade de fissurar a narrativa capacitista que reduz a deficiência a falta, déficit, tragédia, patologia, uma condição que objetifica a pessoa com deficiência ao invés de corroborar a sua emancipação.²

O termo consciência é tão caro quanto polissêmico no campo das ciências humanas e da psicologia em especial. Neste artigo, não tomamos a consciência como uma experiência individual, nem íntima, nem isolada. Não custa lembrar que a discussão proposta neste texto atribui um sentido singular ao termo 'consciência'. Não se trata de uma experiência individual, íntima ou isolada. A 'consciência defieça' é um processo coletivo de inventariar marcas de opressão, forjar imagens aleijadas e agir em coalizão na luta anticapacitista, como veremos em Anzaldúa (2005). bell hooks (2018) também propõe uma concepção de consciência alinhada ao que chamamos de 'consciência defieça', com destaque para a importância dos grupos de conscientização no processo revolucionário feminista. Como ela afirma: "A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido" (hooks, 2018, p. 18). Assim, Anzaldúa (2005) e bell hooks (2018) fundamentam nossa defesa da consciência defieça como processo coletivo, social e político, e não individual.

Neste texto, pretendemos fornecer elementos voltados ao fortalecimento das insurgências anticapacitistas, cada vez mais necessárias e urgentes. Para isso, é fundamental construir conhecimentos e afetos que desafiem os efeitos da aliança entre o capacitismo e as políticas neoliberais, uma vez que essa precariza a vida das pessoas com deficiência. Assim, algumas questões têm nos instigado a escrever a respeito dessa temática. Dentre elas, destacamos: Qual é a relação entre o capacitismo e as políticas neoliberais e de que forma ela impacta as

¹ Em vários países da América Latina, as/os ativistas da deficiência vêm utilizando a palavra 'disca', que tem o mesmo sentido de 'defieça', mas deriva da palavra discapacidad.

² Gesser, Block e Mello (2022) destacam que "A perspectiva emancipatória da deficiência tem como principais características: a) o entendimento da deficiência como uma forma de opressão social; b) a necessidade de visibilização das barreiras sociais que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência; c) a crítica ao processo de patologização e objetificação da pessoa com deficiência; d) a análise dos efeitos do entrelaçamento entre gênero, raça, deficiência e outras categorias sociais para a produção de subjetividades e vulnerabilidades; e) a importância de produzirmos conhecimentos e práticas psicossociais com as pessoas com deficiência, subvertendo a histórica associação desse grupo social ao desvio e à patologia, em consonância com o lema 'Nada sobre nós, sem nós'".

peças com deficiência? Como podemos fortalecer a luta coletiva por justiça em meio a um contexto que patologiza e individualiza a deficiência?

No Brasil, ocorreram avanços legais no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência a partir da incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como emenda à constituição federal (Decreto Legislativo nº 186) (Brasil, 2008), o que impactou a adequação de toda a legislação brasileira para atender ao disposto neste documento. Todavia, esses pouco impactaram a vida das pessoas com deficiência, uma vez que o capacitismo ainda está muito presente no Brasil em nível institucional e estrutural, obstaculizando a efetivação das garantias previstas nos dispositivos legais (Gesser; Pamela Block; Mello, 2022; Mello, 2021). Além disso, os avanços das políticas neoliberais, que serão objeto do próximo tópico, tendem a dificultar a garantia de direitos de grupos vulnerabilizados como o das pessoas com deficiência (Gesser; Moraes, 2023).

Posicionamos o capacitismo como um dispositivo a serviço das políticas neoliberais. Apostamos que ele – ao estabelecer um padrão corponormativo e posicionar quem desvia deste como incapaz – é utilizado como ferramenta para naturalizar os ideais neoliberais de capacidade, eficiência, produtividade e autossuficiência. Dessa forma, legitima a meritocracia e deslegitima políticas sociais voltadas à inclusão de grupos vulnerabilizados, dentre eles o de pessoas com deficiência. Nessa direção, o capacitismo é definido como “[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade” (Mello, 2016, p. 3272). Ademais, o capacitismo tem uma dimensão estrutural e interseccional (Gesser; Block; Mello, 2022), pois está presente em todo o tecido social e, tal qual o gênero, a sexualidade, a raça e a classe social, constitui o modo como a população em geral se relaciona com a deficiência. Por fim, a partir do diálogo com o feminismo decolonial, consideramos que o capacitismo, da mesma forma que o racismo e o sexismo, é um sistema de opressão com raízes coloniais. Este sistema, fundamentado em construções modernas, hierarquiza pessoas com deficiência como inferiores àquelas consideradas capazes de sustentar o moderno sistema capitalista colonial (Gesser; Moraes; Gisla Vale, 2024).

Apostar na produção de uma ‘consciência defença’ é fundamental para fazer frente às políticas neoliberais que vêm se fortalecendo com o avanço da extrema direita. Assim, decolonizar a compreensão hegemônica de deficiência como um problema individual a ser superado e fomentar encontros e coalizões para o enfrentamento dos efeitos do capacitismo e das políticas neoliberais é um ato político que pode mediar a construção de uma ‘consciência defença’.

A aliança entre capacitismo e neoliberalismo e a deslegitimação do acesso a direitos

Muitos autores têm apontado a existência de uma aliança entre o capitalismo neoliberal e o capacitismo, assim como descrito os seus impactos para a precarização da vida das pessoas com deficiência ao redor do mundo (Kafer, 2013; McRuer, 2024; Mello, 2021; Tom Shakespeare, 2018). A partir destes, entendemos que o neoliberalismo é uma política de pensamento fortemente enraizada em todo o tecido social que, ao focar a hiperprodução, deslegitima e desumaniza aquelas pessoas que não reproduzem o que é tido como parâmetro para ser considerado um sujeito capaz. Nessa direção, em um texto previamente publicado, em que analisamos as ofensivas do governo federal brasileiro na tentativa de retirar direitos das pessoas com deficiência no período entre 2019 e 2022, destacamos que os governos neoliberais se beneficiam do capacitismo. Ao circunscrever a deficiência a um problema individual, esses governos demandam que as pessoas com deficiência e suas famílias busquem no mercado as terapias e os insumos para a correção do corpo e a garantia da acessibilidade. Dessa forma, o Estado diminui a sua responsabilidade no que se refere à construção de políticas sociais voltadas à inclusão (Gesser; Moraes, 2023).

No campo do ensino superior brasileiro, por exemplo, existem dispositivos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186) (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146) (Brasil, 2015). Essas normativas são fundamentais, pois garantem, do ponto de vista legal, a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino e impõem obrigações aos sistemas educacionais para proporcionar acessibilidade a esses estudantes. No entanto, como mostrou o estudo realizado por Gesser, Aydos, Block e Paula Silva (2024), a aliança entre o capacitismo e as políticas neoliberais fomenta a meritocracia, a competitividade, a eficiência e a autossuficiência, deslegitimando a reivindicação da acessibilidade pelos estudantes com deficiência, o que resulta no que Annika Konrad (2021) descreve como fadiga de acesso.³

³ Konrad afirma que a fadiga de acesso “nomeia o padrão diário da constante necessidade de ajudar os outros a participar do acesso, uma exigência tão penosa e tão implacável que, às vezes, faz com que o acesso simplesmente não valha o esforço” (Konrad, 2021, p. 180, tradução nossa).

Estudos como o de Karla Luiz (2023) e Paula Lopes (2024) também evidenciam a presença de muitas barreiras sociais no acesso à saúde, ao trabalho e ao lazer, o que tem demandado que mulheres com deficiência dependam de suas famílias para garantir direitos previstos constitucionalmente. No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, depender da família para a realização do cuidado quando se é pessoa com deficiência que experiencia a dependência complexa⁴ opera como uma importante barreira que obstaculiza o direito a namorar, casar e ter acesso ao prazer.

Essa aliança entre o capacitismo e o sistema capitalista neoliberal com o intuito de visar à retirada de direitos foi conceituada por nós, em outro texto, como 'ofensivas capacitistas'. Destacamos que essas ofensivas operam de forma semelhante às ofensivas antigênero (Rogério Junqueira, 2018), têm relação com o medo de um planeta aleijado (Marco Antônio Gavério, 2015) e com o neoliberalismo, e produzem a despolitização das pessoas com deficiência enquanto categoria social. Assim:

As ofensivas capacitistas reiteram o capacitismo historicamente vivenciado pelas pessoas com deficiência, à medida que, com base em um ideal de sujeito universal, situam as pessoas com deficiência como incapazes de desempenhar atividades ordinárias tais como trabalhar, estudar e participar da vida comunitária. Elas têm como premissa central a ideia de que a deficiência é um problema individual e de âmbito privado (familiar), decorrente de uma patologia de origem orgânica que deve ser evitada e que, quando isso não for possível, requer ações voltadas à cura, à caridade ou à 'eliminação' das pessoas com deficiência. Essa eliminação se dá pelo apagamento da deficiência por meio das práticas segregacionistas e desqualificadoras dessa condição. Nessa direção, é possível observar a relação das ofensivas capacitistas com a eugenia e com o medo de um planeta aleijado. [...]. Outra característica das ofensivas capacitistas é que elas são intrinsecamente relacionadas ao neoliberalismo, à medida que esse valoriza preceitos como a autossuficiência do indivíduo, que deve ser capaz de trabalhar e obter os serviços e apoios de que necessita no mercado, em detrimento da oferta desses por meio de políticas públicas. Em decorrência disso, a lógica neoliberal vem precarizando muito a vida das pessoas com deficiência em escala global, principalmente daquelas que necessitam de mais suporte do Estado para terem uma vida digna. Essa precarização é ainda maior para as pessoas com deficiência em situação de pobreza, pois elas não têm como adquirir os serviços de que necessitam no mercado, dependendo ainda mais das políticas sociais. Por fim, as ofensivas capacitistas impactam a legitimidade das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos. Isso porque, ao reiterar a deficiência como um problema da pessoa, deslegitimam as lutas delas por uma sociedade acessível para pessoas com corporalidades múltiplas (Gesser; Moraes, 2023, p. 13-14).

Portanto, nossas análises indicam que o neoliberalismo produz muitos efeitos na vida das pessoas com deficiência, os quais são potencializados por meio da sua aliança com o capacitismo. As políticas neoliberais, por meio da individualização, patologização e mercantilização da deficiência, caracterizam-se como um projeto político que desarticula as organizações sociais e políticas de pessoas com deficiência, desmobilizando as lutas desse grupo social.

As contribuições do feminismo decolonial para o entendimento sobre a consciência deficiente

O feminismo decolonial proposto como teoria pela feminista argentina Lugones (2014) tem o intuito de oferecer elementos para analisar criticamente os efeitos do sistema moderno e colonial eurocêntrico para a manutenção da opressão colonial, patriarcal e racista que estrutura as relações de poder e posiciona como subalternas as populações do sul global. Também oferece elementos para a resistência à colonialidade desde o resgate da realidade em que os povos colonizados estão inseridos (como seus saberes e práticas comunitárias). Curiel (2020) destaca que ele é baseado em dois importantes campos de conhecimentos. O primeiro deles é o feminismo negro, que surge a partir da crítica ao feminismo branco hegemônico por este universalizar o conceito de mulheres e pelo seu caráter racista, classista e cisheterossexista. Este é constituído por mulheres de cor,⁵ chicanas, do feminismo autônomo latino-americano, das feministas indígenas e do feminismo materialista francês. O outro campo é o da teoria decolonial, que foi desenvolvida por pensadores latino-americanos e caribenhos que propuseram um giro decolonial.

Um elemento central do feminismo decolonial é a crítica ao sistema moderno colonial. Nas palavras de Curiel, nesse sistema, "cria-se uma grande narrativa universal na qual a Europa

⁴ Dependência complexa é uma categoria definida por Gesser, Zirbel e Luiz (2022) no texto "Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça".

⁵ Embora, no Brasil, não se utilize o termo 'mulheres de cor', optamos por manter a expressão utilizada na tradução do texto da Curiel (2020) pelo fato de que, nos EUA, ela representa mulheres não brancas – afro-americanas, latinas, asiático-americanas, nativo-americanas, dentre outras.

e os Estados Unidos são, simultaneamente, o centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber, onde se subvaloriza, ignora, exclui, silencia e invisibiliza conhecimentos de populações subalternizadas” (Curiel, 2020, p. 128). Além disso, Heloisa Buarque de Hollanda (2020) destaca que o feminismo decolonial propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas com o intuito de romper com a divisão entre teoria e ativismo presente nos feminismos ao longo da história. Ou seja, as autoras decoloniais constroem conhecimentos a partir de suas práticas políticas (Curiel, 2021). Nossas reflexões apontam que o rompimento da divisão entre teoria e ativismo é fundamental para a construção de uma consciência defença, uma vez que instiga pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados socialmente provenientes do Sul Global a se inserirem em espaços acadêmicos e disputarem as narrativas da deficiência. Dessa forma, fomenta a emergência de narrativas insurgentes, comprometidas com a despatologização dessa experiência, posicionamento dela como categoria social e com a emancipação das pessoas com deficiência.

Nessa direção, o diálogo com o feminismo decolonial é fundamental porque essa teoria denuncia o processo de classificação e hierarquização de corpos e mentes estabelecido pelo pensamento moderno colonial. Neste, o sujeito eurocentrado é tomado como mais capaz e as populações vulnerabilizadas socialmente são posicionadas como hierarquicamente inferiores e menos capazes, legitimando, portanto, a sua patologização (Gesser; Moraes; Vale, 2024). As colonialidades do saber e do poder, ao longo da história, deslegitimaram conhecimentos e modos de vida de populações posicionadas como inferiores por meio do estabelecimento de padrões fixos de ser e estar no mundo. Ademais, com base em critérios modernos – os quais atualmente sustentam o sistema capitalista neoliberal –, posicionou-se pessoas que apresentam características que fogem do ideal de capacidade, produtividade e competitividade como dependentes, doentes, incapazes e, em algumas situações, passíveis ao apagamento e à eliminação (Gesser; Moraes; Vale, 2024, p. 07).

Outra importante contribuição do feminismo decolonial foi a de ter apontado que raça, gênero e capacidade também são categorias constituídas pelo sistema moderno colonial. Em relação a gênero, Lugones (2020) destacou que se trata de uma imposição colonial e propôs o ‘sistema moderno colonial de gênero’ (Lugones, 2020). A autora constrói o argumento a partir do diálogo com as contribuições feministas das mulheres de cor dos Estados Unidos sobre gênero, raça e colonização e com os feminismos das mulheres do Sul Global. Ela destaca, dentre esse último grupo, as pesquisas de Oyèrónké Oyèwùmí – teórica que estudou a população yorubá.⁶ Já Ferrari (2020), a partir das discussões sobre a colonialidade da raça, do gênero e do poder, e com base na análise das relações de trabalho no contexto da América Latina anteriores aos processos de colonização, formula o conceito de colonialidade da capacidade. Essa, com base em noções científicas do que é considerado um corpo capaz, posiciona pessoas com deficiência como doentes e menos capazes. Este é fundamental para fomentar a emergência de uma consciência defença, uma vez que possibilita uma análise crítica acerca de como os conhecimentos modernos coloniais – ao circunscreverem a deficiência hegemonicamente como déficit, falta, patologia – privilegiam corpos posicionados como capazes, reiterando processos históricos de desigualdades sociais que se constituem com base no esquema binário capacidade/deficiência. Isso se faz fundamental, pois, como já nos advertiu Rita Segato (2021, p. 119), o esquema binário “pode ser o instrumento mais eficiente de poder colonial moderno”.

Teoria *crip* e a sua contribuição para fissurar o capacitismo

A teoria *crip*, traduzida para o português como teoria aleijada (Gavério, 2015; Mello; Gavério, 2019), tem o intuito de produzir fissuras e aleijamentos no capacitismo. Essa teoria se relaciona com a teoria *queer* a partir da crítica a categorias institucionalizadas pela normalidade, propondo uma crítica à capacidade corporal compulsória, proposta por McRuer (2024), que opera de maneira análoga à heterossexualidade compulsória, conceito proposto por Adrienne Rich (1980).

A teoria *crip* parte do pressuposto de que, da mesma forma que a heterossexualidade compulsória produz e marginaliza identidades *queer* ao estabelecer a heterossexualidade como norma, há também a capacidade corporal compulsória que, ao pressupor a capacidade corporal como um estado normativo, desejável, patologiza e exclui pessoas com deficiência (McRuer, 2024). Por conta disso, como já destacou Mello (2019, p. 131), “a teoria *crip* (ou teoria aleijada) é a teoria *queer* da deficiência”. Além disso, “a capacidade corporal, mais do que a heterossexualidade, ainda se disfarça amplamente como uma não identidade, como a ordem natural das coisas” (McRuer, 2024, p. 28). Dessa forma, entendemos que a teoria aleijada se caracteriza como decolonial, pois vai criticar o conhecimento moderno colonial que, ao

⁶ Para mais informações sobre os argumentos que levaram Lugones a propor o ‘sistema moderno colonial de gênero’, recomendamos Lugones (2020).

hierarquizar corpos e mentes tendo como base o padrão de sujeito capaz, reitera o corpo capaz como a norma a ser seguida.

Assim, a teoria *crip* surge com o intuito de aleijar contextos construídos com base nessa noção normativa de capacidade. Aleijar tem o sentido de “descolonizar, mutilar, deformar e confundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras” (Mello; Gavério; Olivia von der Weid; Aydos, 2020).

Em concordância com o documento referido acima, Kafer (2013) aponta para a importância de aleijar com vistas a imaginar futuros com a deficiência. Apostamos que, diante do capacitismo tão fortemente presente no contexto social, a consciência dos seus efeitos e a coalizão entre os grupos vulnerabilizados socialmente são fundamentais nesse processo. Assim, no próximo tópico, dialogamos com o pensamento de Anzaldúa, que muito nos ensina a resistir a partir de encontros com esses grupos.

Gloria Anzaldúa, *conciencia mestiza* e a coalizão: contribuições para subsidiar a noção de consciência deficiente

A luta da mestiza é, acima de tudo, uma luta feminista.
Anzaldúa (2005, p. 711)

Gloria Anzaldúa foi uma teórica, escritora e ativista chicana que teve um impacto significativo nos estudos feministas, na teoria *queer* e nos estudos culturais. Ainda que a autora não faça uso das palavras *crip* e aleijado, autores como McRuer (2024) se referem a ela como a primeira autora *crip* devido às análises que faz, ao longo de sua trajetória, de termos e conceitos que desafiam (e ameaçam) a normalidade. Na leitura que fazemos dos trabalhos da autora, pinçamos ao menos dois conceitos muito relevantes: *conciencia mestiza* e coalizão. Estas são noções que exploraremos no presente artigo e que inspiraram o que estamos nomeando de consciência deficiente.

Anzaldúa adapta a noção de *mestiza*⁷ a partir da proposta do filósofo mexicano Jose Vasconcelos, que visualizou uma ‘raza mestiza’, a qual a autora entende como uma síntese das quatro principais raças do globo. Ao citar o autor, Anzaldúa resgata o que ele chama de uma ‘raça cósmica’, isto é, uma afirmação que visava marcar uma oposição à teoria da raça ariana pura e “à política de pureza racial praticada pela América branca” (Anzaldúa, 2005, p. 704). Ao seguir pelas trilhas destas discussões teóricas, a autora destaca que “*mestiza* é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro [...] a *mestiza* se depara com o dilema das raças híbridas: a que coletividade pertence a filha de uma mãe de pele escura?” (Anzaldúa, 2005, p. 705), o que produz como efeito um lugar de fronteira.

A autora afirma que é necessário, neste lugar de fronteira, assumir um contrapositionamento que refuta os pensamentos dominantes, as crenças da cultura dominante. Este é um passo fundamental na direção da liberação da dominação cultural, política e social. A convocação que Anzaldúa faz é para a ação de liberação da dominação, e não para uma reação que seria, em última instância, um efeito da dominação.

Anzaldúa (2005) destaca que a potência da *mestiza* está relacionada à capacidade de transformar a cultura por meio da participação, criando um novo sistema de valores e símbolos no qual a população chicana se conecta entre si e com o planeta. Nessa direção, Claudia Costa e Eliana Ávila (2005) destacam que o sujeito subalternizado/chicano de Anzaldúa é constituído por uma subjetividade nômade, a qual é moldada por exclusões materiais e históricas. Essa identidade *mestiza* tem o potencial de questionar os binarismos e modelos de hibridismo cultural que cooptam sujeitos. Podemos identificar a concepção de sujeito presente no texto “*La conciencia de la mestiza*”, no excerto abaixo:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças). Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (Anzaldúa, 2005, p. 707-708).

⁷ Neste texto, manteremos a grafia da palavra *mestiza* com ‘z’, tal como aparece nos escritos de Anzaldúa. Sabemos que, no Brasil, o conceito de mestiço/mestiçagem esteve a serviço de uma política racista de embranquecimento da população. Grafar a palavra *mestiza* com z é uma forma de insistirmos na força política, insubmissa, que o conceito toma na obra de Anzaldúa. Para mais discussão sobre o sentido de mestiçagem no racismo brasileiro, ver: Elis Silva (2021) (SILVA, Elis Teles Caetano. *Por uma ética feminista do cuidado a partir de um corpo chão*. 2021. Doutorado em Psicologia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil).

Costa e Ávila (2005) também destacam que a mestiza opera em uma referência epistemológica que diverge do padrão que estrutura as relações entre o centro e a periferia, a tradição e a modernidade. Dessa forma, segundo Judith Butler (2004), o pensamento de Anzaldúa possibilita a produção de um entendimento multicultural das mulheres e da sociedade. Butler destaca, no livro *Undoing gender*, que, ao transitar por diferentes contextos e identidades – chicana, mexicana, acadêmica, lésbica, americana, pobre, escritora e militante –, Anzaldúa fomenta o questionamento das certezas epistemológicas e a abertura para formas outras de conhecer e de representar a humanidade.

Anzaldúa (2005) argumenta que a luta da mestiza é sobretudo uma luta feminista que tem o intuito de conectar fronteiras. Assim, defende o encontro entre pessoas latinas. Todavia, ressalta que o movimento latinista – no qual ela inclui pessoas chicanas, porto-riquenhas, cubanas, e outros povos de língua espanhola –, mesmo que trabalhe junto para combater a discriminação racial, não é suficiente. Esses não têm nada que os una para além de uma cultura comum. Assim, a partir do texto “*La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciencia*”, consideramos que Anzaldúa (2005) aponta que *conciencia mestiza* demanda alguns desafios. Dentre eles, destacam-se: a) deixar a margem oposta – de oprimida/o – e estar nas duas margens ao mesmo tempo, de modo a instituir uma nova cultura, na qual seja possível que a população chicana não se cale e nem se curve diante do opressor; b) perturbar os binarismos de modo a não se prender ao duelo opressor/oprimido, mas refutar pontos de vista e crenças da cultura dominante; c) romper com as divisões que dificultam que os oprimidos se unam em coalizão; d) a necessidade de as pessoas chicanas reconhecerem o seu valor e dignidade, e não mais se retirarem, ou seja, não deixarem de falar por serem divergentes do que é considerado padrão; e) posicionar os brancos como aliados de modo que eles entendam que seu papel não é o de ajuda, mas o de seguir a liderança da população chicana.

Numa palavra, o chamado de Anzaldúa (2005) é uma convocação para a ação. Esta ação, ela nos diz, envolve a coalizão entre as *mestizas* e outros cruzadores de fronteiras, como pessoas LGBTQIAPN+, *queers*,⁸ negros, asiáticos, ameríndios, latinos e outras tantas pessoas que não pertencem ao mundo dominante, nem completamente a suas culturas de partida, de origem. A coalizão é uma prática política urgente e desafiadora. Para Anzaldúa (2021, p. 109), “construir coalizão é uma tentativa de equilibrar relações de poder e destruir e subverter o sistema de dominação-subordinação que afeta até nossos pensamentos mais inconscientes”. Assim, em trabalho publicado originalmente no ano de 1981, Anzaldúa (2021) convoca os grupos sociais cujos corpos divergem da norma para a coalizão. Seu chamado é muito atual para o enfrentamento dos efeitos das políticas neoliberais que vêm ameaçando os direitos das pessoas com deficiência e dificultando a imaginação de outro mundo, onde suas existências possam ser celebradas. Nas palavras da autora, “o racional, o patriarca e o heterossexual mantiveram domínio e controle legal por tempo demais. Mulheres do Sul Global, lésbicas, feministas e homens feminista-orientados de todas as cores estão se juntando e se coligando para reverter isso. Só juntos nós temos força” (Anzaldúa, 2021, p. 86-87).

Entendemos que o chamado de Anzaldúa é fundamental para a formação de coalizões insurgentes no Brasil entre ativistas deficias, *queer* e desviantes (Gesser; Moraes, 2023). Ele tem o potencial de fomentar a resistência das multidões *queer-crip* para que essas, em coalizão, lutem contra o racismo, o capacitismo e o cisheteropatriarcado na busca por um mundo que acolha e valorize a diferença. Assim, destacamos a relevância das contribuições de Anzaldúa para a construção de uma consciência defença, conforme será discutido no próximo tópico.

Mas o que entendemos como consciência defença?

Nosso entendimento sobre a consciência defença vem dos encontros e reflexões provenientes destes. No caso da primeira autora, com a deficiência, e de ambas, com as muitas pessoas que cruzamos durante nossa trajetória no campo dos estudos da deficiência de matriz feminista e emancipatória, seja nas práticas de ensino, pesquisa, orientação e extensão universitária. Traremos, a seguir, alguns elementos constituintes da consciência defença.

De partida, afirmamos que consciência defença envolve um duplo movimento, tal como o que Anzaldúa sinaliza quando fala da *conciencia mestiza*. Em primeiro lugar, diz Anzaldúa (2005), é preciso fazer um inventário: o que na vida é imposto, herdado, adquirido? É preciso colocar também a história numa peneira, separar as mentiras, colher e cultivar as forças. Há ainda que romper com as tradições que oprimem, que violentam, que silenciam. A *mestiza*, neste movimento de inventário, desconstrói e constrói. Este é o primeiro passo, mas tal passo não se dá sozinha – é um passo coletivo, que se tece em coalizão.

Este duplo movimento define, para nós, um dos sentidos de consciência defença. Autoras como Mia Mingus (2011) e Sunaura Taylor (2017) são enfáticas quando afirmam a importância

⁸ Optamos por utilizar LGBTQIAPN+ e *queer* separadamente por entendermos que este último termo pode remeter também a pessoas com outras dissidências para além da relacionada ao gênero e à sexualidade.

dos ativismos sociais da deficiência em suas vidas como mulheres com deficiência. Taylor (2017) relata que, durante boa parte de sua vida, vivia de modo isolado sua condição de mulher com deficiência. Ao se encontrar, no ativismo, com outras pessoas com deficiência, passou a viver a deficiência também como uma questão política. Ao corroborar essa questão política, Moraes, Ana Raquel Holanda, Vale e Olga Maria Souza (2024) falam em corpo político da deficiência quando se referem à experiência da deficiência que é ao mesmo tempo vivida e ferramenta de luta contra as forças dominantes e corponormativas.

Assim, uma consciência defixa implica também ter a compreensão de que a deficiência é uma categoria política, uma vez que, ao longo da história da relação da sociedade com as pessoas com deficiência, existiram (e ainda existem) muitas políticas da deficiência (Kafer, 2013). Essas podem estar comprometidas tanto com a emancipação das pessoas com deficiência como com o apagamento desse grupo como categoria social.

No que se refere às práticas voltadas à emancipação social das pessoas com deficiência, apontamos como fundamentais a compreensão da deficiência como uma questão de justiça (Sins Invalid, 2019), assim como a importância de se imaginar futuros com as pessoas com deficiência, ao invés de eliminar a deficiência dos futuros imaginados (Kafer, 2013). Também destacamos a importância de se entender que a deficiência é uma experiência relacional, o que implica que ela não é, necessariamente, uma experiência de opressão, uma vez que pessoas com deficiência, mesmo em situação de dependência complexa, podem ter uma vida boa quando os contextos em que vivem são construídos com base na perspectiva do acesso coletivo, conforme proposto por Gesser, Ilze Zirbel e Luiz (2022).

Outro ponto importante é o de realizar as pesquisas e práticas com as pessoas COM deficiência e não SOBRE elas (Moraes, 2010; 2022), com vistas a romper com a objetificação desse grupo social. As pesquisas no campo dos estudos da deficiência, como Michael Oliver (1992) já salientava, são também práticas emancipatórias que visam subverter as opressões aos corpos com deficiência. Nesse sentido, pesquisar com as pessoas com deficiência e, não, sobre a deficiência, demanda colocar em prática epistemologias insubmissas que não se pautem no cânone de que o outro com quem pesquisamos é um objeto, ou um alvo das ações da pesquisa. Com outras palavras, o 'nada sobre nós sem nós', lema do movimento social da deficiência, é, também, como salienta Oliver (1992), uma direção ética e epistemológica.

Ter uma consciência defixa implica analisar criticamente o modo como a aliança entre as políticas capitalistas neoliberais e o capacitismo marginaliza as pessoas com deficiência. McRuer (2021; 2024) destaca que os valores inerentes ao capitalismo neoliberal de produtividade, eficiência e autossuficiência privilegiam pessoas que reproduzem a capacidade corporal compulsória, a branquitude, a masculinidade, a cisheteronormatividade e a juventude, e subalternizam pessoas com deficiência, pessoas não brancas, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas e pessoas provenientes do Sul global em geral. Na consideração de que as pessoas com deficiência são constituídas por diferentes marcadores sociais da diferença, faz-se fundamental ter uma compreensão interseccional dessa experiência, como já apontado por autores como Garland-Thomson (2002) e Mello e Adriano Nuernberg (2012). A intersecção da deficiência com outros marcadores sociais da diferença pode vulnerabilizar ainda mais as pessoas com deficiência.

A perspectiva interseccional convoca a posicionar a deficiência uma categoria de análise que não pode ser reduzida ao etecetera. Acreditamos que isso é um elemento fundamental na composição do que consideramos uma consciência defixa, pela contribuição que pode dar para ampliar o potencial analítico e político das pesquisas e práticas sociais nas diferentes áreas do conhecimento. Garland-Thomson (2002), no seu texto "*Integrating disability, transforming feminist theory*", destaca que a incorporação da deficiência como uma categoria de análise pelo feminismo tem o potencial de ampliar a crítica no âmbito do ensino e da pesquisa. Ademais, "assim como com gênero, raça, sexualidade e classe: entender como a deficiência opera é entender o que é ser totalmente humano" (Garland-Thomson, 2002, p. 28, tradução nossa). Nessa direção, Pedro Lopes (2022) sugere que devemos ter a 'deficiência na cabeça', o que significa construir uma sensibilidade analítica nas pesquisas e práticas junto às pessoas com deficiência.

A consciência defixa coaduna com a proposta de Mingus (2011) de se tornar politicamente com deficiência e não apenas descritivamente. As considerações da autora indicam que há uma diferença entre ser pessoa descritivamente com deficiência e politicamente com deficiência. Ela destaca que muitas pessoas, embora vivenciem a experiência descritiva da deficiência e sofram opressão decorrente do capacitismo, não têm uma experiência política sobre a deficiência, sendo que, muitas vezes, nem se reconhecem como pessoas com deficiência. A autora reconhece que essa negação da condição de pessoa com deficiência tende a acontecer quando se é mulher, não branca e *queer*, pois a sobrevivência da pessoa pode estar ameaçada se ainda se identificar como pessoa com deficiência. E sobre ser politicamente com deficiência, a autora destaca:

Quando digo 'politicamente com deficiência', quero dizer alguém que é descritivamente com deficiência e tem um entendimento político sobre a experiência vivida. Quero dizer de alguém que tem uma análise sobre capacitismo, poder, privilégio, que se sente conectada e é solidária com outras pessoas com deficiência (independentemente da linguagem que você usa). Refiro-me a alguém que pensa a deficiência como uma identidade/experiência política, alicerçada na sua vivência descritiva (Mingus, 2011, tradução nossa).

A consciência defixa é um ato político, epistemológico. Não se trata de uma consciência, como dissemos, individual, como algo que se faça sozinha. O trabalho da coalizão é fundamental e decisivo para a construção do que estamos chamando de consciência defixa. Consideramos que o chamado que Anzaldúa (2021) fez no texto "*La Prieta*", originalmente publicado em 1981, é para ser lembrado e reiterado; é um chamado também para a construção da consciência defixa, sempre coletiva e em coalizão. Nas palavras da autora:

Nós somos os grupos queer, as pessoas que não pertencem a lugar algum (...). Combinando-nos, nós cobrimos tantas opressões. Mas a opressão mais sufocante é o fato coletivo de que nós não nos enquadrados, e porque não nos enquadrados *nós somos uma ameaça*. Nem todos de nós vivemos as mesmas opressões, mas nós temos empatia e nos identificamos com as opressões enfrentadas por outros grupos (Anzaldúa, 2021, p. 86-87, grifo da autora).

O chamado que a autora faz nesta citação é para a coalizão no sentido de que fazer parte de uma aliança é ser ativa, uma ativista (Anzaldúa, 2021, p. 91). A consciência defixa emerge desse processo, dele se nutre. Quando nossos lugares políticos e sociais não são definidos coletivamente, o grupo caminha na direção da corponormatividade. São a coalizão, a perspectiva interseccional e decolonial que alimentam a consciência defixa. Desse modo, o chamado de Anzaldúa para uma *conciencia mestiza* age e produz efeitos para o que, neste artigo, chamamos de consciência defixa.

Considerações finais

Entendemos que a 'consciência defixa' é uma ação político-feminista fundamental para o enfrentamento do capacitismo e das políticas neoliberais que vêm subalternizando a vida das pessoas com deficiência. Nossas análises – construídas com base nos conceitos de '*conciencia mestiza*' e de 'coalizão' de Gloria Anzaldúa, na teoria *crip* e no feminismo decolonial – indicam que se trata de um processo político, que se configura na coletividade. Esse processo abrange a construção de coalizões entre pessoas com deficiência e destas com outros grupos socialmente vulnerabilizados. Também demanda que posicionemos a deficiência como uma categoria social e como uma experiência constituída na intersecção de marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, raça e classe social.

Acreditamos também que a 'consciência defixa' é fundamental para o enfrentamento da colonialidade da capacidade, denunciada pela primeira vez por Ferrari (2020), por questionar a patologização, romper com narrativas que responsabilizam a pessoa com deficiência pelo seu acesso e pelas suas necessidades de cuidado, além de visibilizar o caráter político-relacional da experiência da deficiência, já pontuado por Kafer (2013). Ademais, a 'consciência defixa' rompe com perspectivas da deficiência focadas na superação individual, inerentes ao neoliberalismo, e busca, na coletividade, a transformação das condições que geram as desigualdades experienciadas pelas pessoas com deficiência. Assim, ela é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da luta anticapacitista.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. "Integração social e suas barreiras: representações culturais do corpo mutilado". *Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 2, n. 4, p. 188-195, 1991.

ANZALDÚA, Gloria. "La prieta". In: ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de la mestiza. Rumo a uma nova consciência". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300015. Acesso em 21/06/2021.

BRASIL. *Decreto Legislativo nº 186, de 2008*. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, 2008. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CURIEL, Ochy. "Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

CURIEL, Ochy. "Conversa com Ochy Curiel: 'o poder deve ser trabalhado na comunidade'". *Fundação Rosa Luxemburgo, Brasil e Uruguai*, 13/12/2021. Disponível em <https://rosalux.org.br/conversa-com-ochy-curiel-o-poder-deve-ser-trabalhado-na-comunidade/>. Acesso em 03/03/2023.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. "Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300014. Acesso em 30/10/2024.

FERRARI, Marcela Beatriz. "Feminismos descoloniales y discapacidad: hacia una conceptualización de la colonialidad de la capacidad". *Nómadas*, n. 52, p. 115-131, 2020. DOI: 10.30578/nomadas.n52a7. Acesso em 03/03/2021.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. "Integrating disability, transforming feminist theory". *NWSA Journal*, Baltimore, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4316922?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em 12/02/2022.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. "Feminist disability studies". *Signs*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005. DOI: 10.1086/423352. Acesso em 05/03/2018.

GAVÉRIO, Marco Antônio. "Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade". *Áskesis*, v. 4, n. 1, p. 103-117, 2015.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí G. "Estudios sobre discapacidad: interseccionalidad, anticapacitismo y emancipación social". *Andamios*, v. 19, n. 49, p. 217-240, 2022. DOI: 10.29092/uacm.v19i49.924. Acesso em 10/12/2022.

GESSER, Marivete; ZIRBEL, Ilze; LUIZ, Karla Garcia. "Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça". *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, e86995, 2022. Epub 29-Ago-2022. ISSN 0104-026X. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n286995. Acesso em 03/03/2021.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia. "Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios ao ativismo deficiente". *Athenea Digital*, v. 23, n. 2, e3310, 2023. DOI: 10.5565/rev/athenea.3310. Acesso em 10/10/2023.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia; VALE, Gisllana Maria do Socorro Monte do. "Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência". *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 3, p. e101138, p. 1-13, 2024. DOI: 10.1590/1806-9584-2024v32n3101138. Acesso em 11/10/2024.

GESSER, Marivete; AYDOS, Valéria; BLOCK, Pamela; SILVA, Paula Xavier da. "Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso". *Educação & Realidade*, v. 49, e141797, p. 1-23, 2024. DOI: 10.1590/2175-6236141797vs01. Acesso em 29/10/2024.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "Introdução". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Comp.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 11-34.

JUNQUEIRA, Rogério D. "A invenção da 'ideologia de gênero': a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero". *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KAFER, Alison. *Feminist, Queer, Crip*. Indiana: Indiana University Press, 2013.

KONRAD, Annika M. "Access fatigue: the rhetorical work of disability in everyday life". *College English*, v. 83, n. 3, p. 179-199, 2021. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/26998253>. Acesso em 21/11/2023.

LOPES, Pedro. "Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença". *Horizontes Antropológicos*, v. 28, n. 64, p. 297-330, 2022. DOI: 10.1590/S0104-71832022000300011. Acesso em 15/12/2024.

LOPES, Paula Helena. *Deficiência, interseccionalidade e projeto de ser: as marcas do trânsito identitário na subjetividade das mulheres com deficiência*. 2024. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013. Acesso em 03/03/2022.

LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Comp.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUIZ, Karla Garcia. *Implicações Psicossociais do Cuidado: uma análise a partir das experiências de mulheres com deficiência que vivenciam a dependência complexa*. 2023. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

McRUER, Robert. "Aleijando as políticas queer, ou os perigos do neoliberalismo". *Educação em Análise*, Londrina, v. 6, n. 1, p. 105-119, 2021. DOI: 10.5433/1984-7939.2021v6n1p105. Acesso em 12/02/2022.

McRUER, Robert. *Teoria crip: signos culturais entre o queer e a deficiência*. Tradução de Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

MELLO, Anahí G.; NUERNBERG, Adriano. "Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas". *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300003. Acesso em 12/03/2013.

MELLO, Anahí Guedes de. "Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MELLO, Anahí Guedes de; GAVÉRIO, Marco Antônio. "Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with *Avatar*, the film". *Anuário Antropológico*, v. 44, n. 1, p. 43-65, 2019. DOI: 10.4000/aa.3481. Acesso em 20/06/2021.

MELLO, Anahí Guedes de. "Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook". In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas (Orgs.). *Desigualdades, gêneros e comunicação*. 1 ed. São Paulo: Intercom, 2019. p. 125-142.

MELLO, Anahí G. de; GAVÉRIO, Marco A.; von der WEID, Olivia; AYDOS, Valéria. *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade*. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI, 2020. (Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia)

MELLO, Anahí de. "Corpos (in)capazes". *Jacobin Brasil*, 2021.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. "Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 64, p. 7-29, 2022. DOI: 10.1590/S0104-71832022000300001. Acesso em 10/01/2025.

MINGUS, Mia. "Moving toward the ugly: a politic beyond desirability". *Leaving Evidence*, 2011. Disponível em <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/08/22/moving-toward-the-ugly-a-politic-beyond-desirability/>. Acesso em 04/2020.

MORAES, Marcia. "Política ontológica e deficiência visual". In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010.

MORAES, Marcia. "PesquisarCOM: permanências e reparações". In: SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo (Orgs.). *PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau, 2022.

MORAES, Marcia; HOLANDA, Ana Raquel; VALE, Gislana Monte; SOUZA, Olga Maria Tavares de. "Mulheres, corpos políticos e subjetividades: modelo social da deficiência e ativismos". *Revista Psicologia Política*, v. 24, p. 1-18, e24415, 2024. DOI: 10.5935/2175-1390.v24e24415. Acesso em 05/05/2024.

OLIVER, Michael. "Changing the social relations of research production". *Disability, Handicap and Society*, v. 7, n. 2, p. 101-114, 1992. DOI: 10.1080/0267464926678014. Acesso em 20/03/2018.

RICH, Adrienne. "Compulsory heterosexuality and lesbian existence". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

SEGATO, Rita. "Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade". In: SEGATO, Rita (Org.). *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia da demanda*. Tradução de Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. (Versão Kindle)

SHAKESPEARE, Tom. *Disability: the basics*. London: Routledge, 2018.

SINS INVALID. "What is disability justice? Adapted from Patty Berne's 'Disability justice – a work draft'". In: SINS INVALID. *Skin, Tooth, and Bone: The Basis of Movement is Our People*. 2 ed., 2019. Disponível em <https://www.sinsinvalid.org/disability-justice-primer>. Acesso em 10/08/2021.

TAYLOR, Sunaura. *Beasts of Burden: animal and Disability Liberation*. New York: The New Press, 2017.

Marivete Gesser (marivete.gesser@ufsc.br) é doutora em Psicologia (Universidade Federal de Santa Catarina), com Pós-Doutorado em Estudos da Deficiência pela State University of New York (2018), e pós-doutoranda em Estudos da Deficiência pela Western University/Universidade Federal Fluminense. Professora Associada do Departamento de Psicologia da UFSC, onde leciona e orienta na graduação e na pós-graduação (PPGP), pesquisadora bolsista PQ-1D do CNPq e coordenadora do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED-UFSC). Pesquisa o campo dos Estudos Feministas da Deficiência, os Feminismos Negro, Interseccional e Decolonial e a Teoria Crip.

Marcia Oliveira Moraes (marciamoraes@id.uff.br) é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio Janeiro/Lancaster/Lancaster University e pós-doutora em Estudos da Deficiência no Núcleo de Estudos da Deficiência da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* mestrado e doutorado. Desenvolve pesquisas ligadas aos seguintes temas: estudos da deficiência; modelo social da deficiência, perspectiva feminista do modelo social da deficiência; Teoria Crip; metodologias emancipatórias e pesquisarCOM; interseccionalidade e perspectivas situadas em epistemologia. Coordena o Laboratório PesquisarCOM/UFF. É bolsista do CNPq.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia Oliveira. "Consciência defiça: uma ação político-feminista para o enfrentamento do capacitismo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e108650, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (bolsa produtividade em pesquisa) – Código de financiamento 001.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 03/09/2025

Aceito em 04/09/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Alexandra Eliza Vieira Alencar  0000-0003-3305-6046